

Das Instituições às Intuições: reflexões sobre a crise da representação política e seus impactos sobre a imaginação sociológica

Rodrigo Chaves de Mello*

Da tônica transnacional que atravessou os movimentos altermundialista na passagem do último século ao recente ciclo de protestos que, como um rastilho de pólvora, conectou a Praça Tharir, a *Puerta del Sol*, o Zuccoti Park e as ruas brasileiras de 2013 a 2015, algo de novo desponta em nosso horizonte político. Em que pese as particularidades inerentes a cada contexto e as especificidades de suas pautas, ao longo dos últimos anos o cenário democrático global tem sido marcado por uma série de manifestações que, avançando sobre ruas e praças, apontam não apenas a inauditas configurações da morfologia do protesto social, mas também apresentam uma ampla gramática de questionamentos relativos aos caminhos e destinos das formas de vida democráticas. Ruas e praças cada vez mais inquietas e pujantes e que, da esquerda à direita, em arranjos dissonantes e tons polifônicos, parecem querer nos assinalar que algo no interior do núcleo central de sustentação do nosso consenso democrático foi rompido.

Com efeito, nas linhas que seguem, gostaria de propor que mais do que um fenômeno a ser compreendido e esgotado analiticamente em si mesmo, estas manifestações devem ser lidas como um sintoma de um problema que as transcenderia. Através desta visada, acredito que elas possam nos fornecer acesso privilegiado ao âmago daquilo que politicólogos de todo mundo, e até mesmo o senso comum, vêm vocalizando em torno do tema da crise da representação política. Assim, ao arriscar a (não) representação política como um pano de fundo comum a alavancar, reativamente, a ação e a definição dos repertórios de diferentes atores coletivos, argumentarei que a atual crise da representação política guarda seu grau de radicalidade não apenas ao apontar a eventual deficiência das instituições políticas em capturar os desejos, esperanças e anseios que atravessam e estruturam o tecido social, mas

* Professor do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado de Minas Gerais e Membro dos Grupos de Pesquisa “Anticapitalismo e Sociabilidades Emergentes” e “Democracia, Instituições e Participação Social”.

fundamentalmente por se desdobrar em uma crise epistemológica que estaria a desafiar, em sua capacidade de respostas, as categorias tradicionalmente mobilizadas pelas ciências sociais para a compreensão do político. Assim, das instituições às intuições e do social à sociologia, ao pensar o tema da crise da representação política, interessa-me aqui refletir sobre como este tema nos desvela uma crise das tradicionais categorias analíticas de representação da política.

Em uma visada mesmo que genérica mas nem por isso pouco generosa, acredito que em suas bandeiras, retóricas e performances, o atual ciclo do protesto social vem encontrando espaço para a legitimação de sua atuação no esfera pública a partir das tensões resultantes de ao menos três dimensões que, articuladas, configurariam o eixo central de sustentação da atual crise da representação política. Na hipótese que aqui trago ao debate, estes eixos apontariam a) a diminuição da capacidade das instituições representativas estabelecerem vínculos de adesão satisfatórios com o corpo dos cidadãos; b) o ocaso das entidades políticas – em especial os partidos e sindicatos – que, ao longo do século XX, balizaram o avanço da democracia de massas ao se prestarem como agência prioritária à catapultação de projetos de empoderamento coletivo e transformação social; c) a perda do Estado-Nação como referente espacial da mobilização e do avanço das lutas democráticas. Assim, acusando o desacoplamento entre instituições políticas e mundo social, atualizando o sentimento de desconfiança generalizada a partidos e sindicatos e colocando em perspectiva a capacidade dos Estados-Nacionais em responderem política, democrática e soberanamente a toda gama de constrangimentos inerentes a ordem global, o novo ciclo do protesto social nos apresenta um amplo e complexo leque de questionamentos que, em última instância, colocaria em xeque o grau de responsividade de alguns dos principais constructos forjados pela engenharia política moderna.

É nesta altura que vejo o parafuso dar sua outra volta, pois se for correta a hipótese do desenho que descrevi acima, a conjugação entre os elementos que compõe o arco de fatores para a emergência do atual ciclo do protesto social não nos traria apenas impactos práticos e imediatos (os quais, em seus léxicos e performances, as ruas e praças parecem tentar digerir e atualizar), mas também consequências teóricas e epistemológicas, apresentando um desafio de reatualização de pautas caras à agenda de investigação sociológica. Ao propor isto, tenho em mente a constatação de que, mesmo que em graus variados, as principais escolas e narrativas sociológicas forjadas ao longo dos séculos XIX e XX depositaram suas esperanças de interpretação e intervenção sobre

o mundo social considerando justamente a relevância e a primazia dos constructos políticos que hoje estão postos em xeque pelas ruas. Assim, proponho que a atual crise de representação das instituições políticas ganharia cores de dramaticidade inéditas ao se desenrolar em um contexto no qual não encontra na sociologia (entendida aqui como privilegiada instância metalinguística de reposição e doação de sentido ao mundo social) uma interlocutora capaz de propor horizontes futuros.

Neste cenário em que a crise das instituições se desvelaria em crise das intuições, penso ser interessante trazermos ao debate as contribuições de uma literatura certamente relevante, mas que está longe de ter posição central no debate sociológico e político. Refiro-me a um conjunto de autores que, em contraposição aos chamados teóricos da democracia consensualista – em especial, Habermas e Rawls –, poderíamos, grosso modo, categorizar como teóricos da democracia conflitiva. Para meus propósitos, escolherei três deles, a saber, Chantal Mouffe, Antônio Negri e John Holloway. Todavia, em uma dupla advertência, cabe dizer que ao escolhê-los como interlocutores deste texto não tenho pretensões de, em torno deles, esgotar o campo do que aqui estou chamando de democracia conflitiva e nem tampouco pauto-me pela ilusão de encontrar em suas obras ideias e respostas definitivas aos nossos atuais impasses políticos. Ao contrário, motivo-me pelo anseio de ao trazer à baila suas perspectivas, poder contribuir com a oxigenação de um debate que está em aberto e penso ser urgente. Por fim, em coerência com os propósitos deste texto e ao escopo deste *Boletim* que generosamente o acolhe, não pretenderei uma interpretação aprofundada das teorias de cada um destes autores. Longe disto, me satisfarei apenas em apresentar os contornos mais gerais de suas ideias¹.

Construindo o núcleo central de seu arcabouço teórico em torno de um debate com os cânones da democracia deliberativa, Chantal Mouffe provocativamente aponta que aquilo que nos últimos anos tem sido celebrado como um ressurgimento da filosofia política, em realidade nada mais seria do que uma extensão à política das balizas da filosofia moral. Assim, turvando as fronteiras entre o político e a moralidade, este *revival* do pensamento político terminaria por propor a adesão dos cidadãos ao espaço político a partir de acordos racionais que, neutralizando o pluralismo de valores e esquivando-se das controvérsias acerca das concepções do bem, fechariam portas às

¹ A quem se interessar por uma leitura um pouco mais ampliada sobre as teorias de alguns destes autores e de seus debates com os teóricos da democracia deliberativa, recomendo a leitura do artigo “Entre o consenso e o conflito ou qual o lugar dos movimentos sociais na relação entre teoria social e democracia?”, publicado na edição de junho de 2014 da *Revista Brasileira de Sociologia*.

práticas de contestação social. Em crítica a esta perspectiva, o ponto que Mouffe procura trazer ao debate diz respeito ao desafio de procurarmos um modelo teórico que, ao propor horizontes institucionais normativos para a constituição de terrenos democráticos, não se furte a negar o conflito inerente às dimensões políticas que estruturam a vida social, mas o tome como pedra angular para a edificação uma cultura política mais vibrantemente democrática. Para a teórica belga, a política não deve ser visualizada como um processo cerebrino, mas encarada como uma dimensão afetiva, sendo, portanto, o campo dos afetos o local por excelência do enfrentamento as suas questões. Com isto, deslocando-se das paisagens morais, Mouffe avança propondo que o desafio democrático contemporâneo se orienta pelo grau de disposição das instituições democráticas em forjarem os seus sujeitos democráticos. Através da multiplicação de discursos e formas de vida identificadas com os valores democráticos, o cerne da questão apontada por Mouffe residiria na capacidade das instituições políticas converterem os antagonismos sociais em uma cultura política agonística, transmutando a relação amigo-inimigo em uma relação entre adversários. Com efeito, através da chave agonística, parece-me que a proposta de Mouffe nos convida a experimentar outras morfologias políticas possíveis como via para a geração de um renovado grau de conexão entre cidadãos e as instituições.

Se a proposta de Mouffe nos traz algum horizonte para respondermos teoricamente ao desacoplamento entre instituições e sociedade, acredito que em Antônio Negri possamos encontrar uma fresta teórica de reatualização do sujeito político. Avançando radicalmente na chave do conflito, Negri, em uma leitura com forte inspiração spinoziana, propõe-se a encarar a democracia como uma potência enraizada no movimento de constituição do corpo do *demos* multitudinal. Aqui, menos do que a um regime de governo constituído em torno de tal ou qual modulação entre instituições e sociedade, a pedra de toque da questão democrática deita suas raízes em um processo ontológico de composição da realidade política esculpido na esteira da ação da multidão. Excesso ao Estado, ao direito, as instituições e a moralidade, a democracia negriana afirma-se nos rastros de intensidade postos na busca coletiva de alargamento dos horizontes de liberdade. Contudo, é importante destacar que através da ênfase no excesso democrático, a proposta negriana não negligencia a importância das instituições. Ao contrário, parece-me que a tônica é posta justamente em uma inversão relacional da primazia entre o movimento democrático e a sua cristalização jurídica institucional. Assim, ao alocar o polo democratizante da formatação política da

realidade no movimento da multidão, Negri termina por nos apresentar um sujeito político renovado e que, na altivez de sua ação constituinte, seja capaz de renovar as institucionais na medida em que as atravessa e as subordina a seus movimentos. Oxigenados pelo movimento democrático constituinte, este ponto me parece importante para pensarmos a confecção de arranjos partidários menos devotados a seus expedientes burocráticos internos e mais sintonizados com os anseios próprios de suas bases.

Por fim, deslocando-me às explorações teóricas abertas pela última base do tripé dos fatores que respondem pela sustentação da representação política, em uma leitura certamente radical mas nem por isso menos importante, penso que a obra o filósofo e ativista irlandês John Holloway possa nos apontar horizontes para as questões decorrentes da perda do Estado-Nacional como dimensão referencial primeira para a condução das ações democráticas. Reendossando, em 2014, com a publicação de *Fissurar o Capitalismo*, boa parte das premissas que, em 2002, balizaram seu renomado escrito, *Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder*, em torno do mote do lutar não apenas contra, mas contra-e-mais-além, Holloway nos convida a pensar a dimensão do local como espaço para a atuação política geradora de autonomia. Em sua proposta, o horizonte da experiência democrática não se afirmaria na contenda entre sociedade e Estado, mas sim na busca de uma ação inventiva que, ao se referenciar para além do Estado, possa, em sua produtividade radical, perscrutar outras arquiteturas da realidade política construídas desde aqui, desde já e *para além*. Dos professores que em greve rompem a dimensão monofônica da pauta salarial e decidem construir uma nova lógica da organização educacional, a jovens ecologistas urbanos que se insurgem contra a selva de concreto e produzem enclaves verdes na cidade, passando por trabalhadores que ocupam autogestionariamente suas fábricas, Holloway nos propõe um contínuo e uma cadeia de equivalências entre ações políticas que tomam a dimensão local como espaço privilegiado para a construção de práticas sociais e políticas emancipatórias. Desta forma, em que pese o grau de radicalidade da proposta teórica defendida por Holloway, penso que ela seja importante como ferramenta para discutirmos temas que se apresentam urgentes na pauta política hodierna, mas que nem por isso despontam nas telas dos nossos radares hegemônicos, como, por exemplo, a discussão acerca do direito à cidade por parte das populações que nela vivem mas que dela não fruem e também dos coletivos políticos que, desprezando orientações partidárias e escopos estatais, cada vez mais demonstram capacidade em articular politicamente as novas gerações.

Concluindo, após examinar de forma desesperadamente breve e assumidamente pouco aprofundada cada um destes nichos teóricos, insisto na advertência que não o fiz com o intuito de neles procurar respostas definitivas aos impasses e dilemas inaugurados pelo complexo arco de fatores que, através da hipótese que trago à baila, comporiam a base de sustentação da crise da representação política. Ao contrário, reassumindo o problema que propus acerca dos impactos da crise das instituições políticas sobre a gramática das intuições sociológicas, mais do que respostas, acredito que diante do cenário político atual, benfazejo seja o debate que possa nos trazer dúvidas, questionamentos e perguntas.